



ICOMOS
Brasil

SIMPÓSIO CIENTÍFICO | 2018

ARQUITETURAS MODERNAS E O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO EM ARACAJU-SE

CHAVES, CAROLINA M. (1)

1. Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Praça Samuel de Oliveira, 1. Centro – Laranjeiras-SE.
carolinamchaves@gmail.com

RESUMO

Há um interesse crescente desde as últimas décadas do século XX em conservar o patrimônio do século XX, cujos desafios estão fortemente assentes em lacunas sobre o seu reconhecimento, o que pode até ser uma tarefa menos polêmica para as obras canônicas, embora não isenta das dificuldades intrínsecas à jovialidade dessa produção. Ainda sobre o reconhecimento das obras de arquitetura moderna, para posterior análise de seu valor patrimonial, as dificuldades se acentuam à medida que as experiências analisadas se afastam das narrativas historiográficas dominantes. Neste sentido, esta comunicação tem por objetivo analisar o cenário da preservação do patrimônio moderno em Aracaju-SE investigando a atuação dos órgãos patrimoniais (estadual e federal), a produção acadêmica sobre esse patrimônio (documentação e reconhecimento) e o estado atual desses bens na paisagem urbana.

Palavras-chave: Patrimônio Moderno, Aracaju-SE, Hotel Palace de Aracaju.



Introdução

Os debates mais recentes sobre preservação do patrimônio moderno parecem apontar para a premissa de que é possível e a aplicação de preceitos da teoria do restauro e dos princípios da conservação à arquitetura moderna (SALVO & KÜHL, 2005; TOSTÕES, 2015; CASCIATO & D'ORGEIX, 2012; LIRA, 2012), ao mesmo tempo em que todos também parecem concordar de que a preservação desse patrimônio coloca desafios particulares, reconhecendo a emergência do tema e algumas lacunas importantes. Em 2005, Salvo e Kühl apontavam para “a necessidade de discutir-se problemas vinculados à preservação da arquitetura moderna de uma maneira mais abrangente” e, quase uma década após, Lira (2012) ressalta que há um campo de trabalho a ser explorado quanto às “discussões voltadas para a forma como os princípios de conservação dos exemplares de períodos anteriores podem ser aplicados aos bens desse período”. E, em 2015, Tostões ratifica o debate em artigo abordando a conversação e a reutilização do patrimônio moderno como recurso sustentável, afirmando que

um dos objectivos da recuperação [do patrimônio moderno] terá de passar pelo encontro de um léxico específico, que considere o carácter do edificado a par com as mutações necessárias à vivência do espaço. (TOSTÕES, 2015).

Os debates apontados a cima fazem parte, segundo MacDonald (2003) de um interesse crescente desde as últimas décadas do século XX em conservar o patrimônio do século XX, cujos desafios estão fortemente assentes em lacunas sobre o seu reconhecimento, o que pode até ser uma tarefa menos polêmica para as obras canônicas, embora não isenta das dificuldades intrínsecas à jovialidade dessa produção. Ainda sobre o reconhecimento das obras de arquitetura moderna, para posterior análise de seu valor patrimonial, as dificuldades se acentuam à medida que as experiências analisadas se afastam das



narrativas historiográficas dominantes. De certo, os esforços para ampliar o debate e revelar um movimento de arquitetura que foi plural pôs em relevo, em escala internacional, produções como as da África, Ásia e Caribe, e em escala nacional desde a década de 1980 foram relevantes os esforços para apresentar a arquitetura moderna de formação (1930's) e de difusão (1950's-1970's) no Brasil explorando centros urbanos fora do eixo geográfico canônico (SP-RJ-MG) e investigando a produção de AM nas capitais e cidades das demais regiões brasileiras.

O reconhecimento dessa pluralidade é fundamental para que se prossiga nas discussões sobre a preservação do patrimônio moderno no Brasil, cuja produção de difusão afastada do epicentro RJ-SP-MG afirmava um país moderno e desenvolvimentista, mas que não chegava nos pequenos e médios centros urbanos brasileiros com o mesmo vigor do período de formação, consolidação e reconhecimento internacional (1930-1940's). Sobre o reconhecimento da pluralidade da experiência moderna, reforçando a necessidade de aprofundamentos a cerca deste tema para sua preservação, a fala de Casciato e d'Orgeix (2012, p.11) é pertinente quando defendem que

Além de uma refinada definição do patrimônio do movimento moderno, é urgente orientar reflexões para a visão de um patrimônio internacional que permita a avaliação de objetos, por sua vez, emblemáticos e comuns. Convém apreciar o aporte de expressões diversas do modernismo, as quais compreendes tendências banidas por certos historiadores, tais como abordagens vernáculas ou regionalismos [tradução livre].

O desafio da preservação da herança moderna no Brasil resultante, particularmente, do período de difusão dessa arquitetura em centros urbanos como Fortaleza (CE), João Pessoa e Campina Grande (PB), Teresina (PI), Maceió (AL), Aracaju (SE), Belém (PA), Campo Grande (MT), apenas para citar alguns, passa necessariamente pelo reconhecimento do valor cultural dessas realizações impulsionadas, num dado momento, pela construção/inauguração de Brasília e reflexo de um período particular da história do país. Uma tarefa cuja dificuldade é reconhecida por Lira (2012, p.11),



Reconhecer a significância cultural de edifícios do movimento moderno ainda é um desafio, pois são difíceis os consensos sobre os valores passíveis de conservação entre os envolvidos com esses bens, em especial quando se considera o público comum ou não-especialista.

A dificuldade para esse reconhecimento está relacionada à complexidade desse patrimônio, que nas palavras de Bruno Favel (Casciato, M.; d'Orgeix, E., 2012, p.07) “está ligada às suas qualidades intrínsecas, à grande variedade de materiais e tecnologias utilizados e às especificidades de sua concepção espacial” [tradução livre], e alerta que “este patrimônio moderno atualmente está em perigo pela ‘erosão urbana’, pelas leis de proteção ainda inadequadas e um limitado reconhecimento público” [tradução livre].

Nesse sentido, esta comunicação tem por objetivo analisar o cenário da preservação do patrimônio moderno em Aracaju-SE investigando a atuação dos órgãos patrimoniais (estadual e federal), a produção acadêmica sobre esse patrimônio (documentação e reconhecimento) e o estado atual desses bens na paisagem urbana.

AM-Aracaju e os órgãos patrimoniais

O registro da produção de arquitetura moderna, em Aracaju, permite destacar a década de 1950 como os anos de construção dos primeiros exemplares que introduzem na paisagem urbana da cidade um repertório de formas (caixa prismática térrea ou sob pilotis, pilares em “V”, amplas janelas horizontais, telhados borboleta, delgados tubos metálicos para sustentação, uso de elementos vazados), de técnicas construtivas (estrutura de concreto modular deixando livres planta e fachada) e de experimentação espacial (fluidez em detrimento da compartimentação) cujos vínculos à Arquitetura Moderna Brasileira são percebidos sem dificuldades e, mais que isso, estão fortemente vinculados a uma produção



ICOMOS
Brasil

SIMPÓSIO CIENTÍFICO | 2018

específica: a carioca. Apenas para citar alguns exemplares a Res. Maria Melo (1956, já demolida), Res. Hora Oliveira (1957-58), Res. Souza Freire (1958), Ed. Atalaia (1956-1958).



Figura 1: **Residências modernas em Aracaju.** Superior, da esquerda para direita: Res. Maria Melo, Res. Souza Freire e Res. Hora Oliveira. Inferior, da esquerda para direita: Res. Osman Buarque e Res. José Gonçalves. Fonte: acervo LaPEM.

Se por um lado esses são os exemplares cuja aproximação à uma produção nacional é mais facilmente reconhecível, por outro, são apenas partes de um processo de modernização que impulsionava o crescimento da cidade em direção ao Sul criando e consolidando novos bairros cuja paisagem se construída moderna também através de outras construções que se não alcançavam a eloquência das citadas também são testemunho dessa época e ajudam a contar parte da histórica da modernização do Brasil e da modernidade que o representa em meados do século XX e que marca a arquitetura de difusão da aventura moderna no Brasil. Nesse sentido podem ser citadas as residências Osman Buarque (1954), José Gonçalves (1955) (Figura 1).

A gestão do patrimônio em Aracaju/SE não dedica a essa produção o mesmo reconhecimento e esforços para salvaguarda de construções do século XIX e primeiras décadas do século XX (1900-1930's). Entre os bens patrimoniais reconhecidos como

II Simpósio Científico do ICOMOS Brasil

Belo Horizonte/MG - de 25 a 28/04/2018



monumentos e tombados em esfera estadual apenas 01, de um total de 39 monumentos, é obra da segunda metade do século XX e reconhecida como AM. Trata-se do Terminal Rodoviário Gov. Luiz Garcia projetado pelo Eng. Rafael Grimaldi e inaugurado no ano de 1962. Na esfera nacional, nenhum conjunto ou bem imóvel na cidade de Aracaju está na lista dos livros de tomo do IPHAN, cujo conjunto de tombamentos para o estado de Sergipe revela uma dedicada atenção aos bens do século XVII, XVIII e XIX.

Conselho Estadual de Cultura, responsável pela gestão do patrimônio histórico artístico e cultural do Estado de Sergipe foi criado em 1967, desempenha ações efetivas no reconhecimento e na salvaguarda do patrimônio cultural de Aracaju a partir de 1973, data do primeiro tombamento registrado por esse órgão e que corresponde ao Cemitério dos Náufragos. O primeiro tombamento de edificação com reconhecimento valor histórico e artístico ocorreu em 1981 com o prédio da antiga Faculdade de Direito (atualmente Sede do Cultart). Nas décadas de 1980 e 1990 mais 09 edificações entre neoclássicas e ecléticas são inscritas no Livro de Tombo do Patrimônio Estadual e, dentre estas, nenhuma obra de Arquitetura Moderna (AM). Apenas duas obras Art Decó entram nessa lista, uma inscrita em 1991 (atual sede do Arquivo Público Municipal) e outra em 2007 (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe). A única obra moderna inscrita é a Estação Rodoviária Gov. Luiz Garcia, cujo decreto foi publicado em 2003. Assim, o patrimônio arquitetônico de Aracaju é fortemente identificado por edificações neoclássicas e ecléticas e de caráter institucional, os bens privados residenciais aparecem em número muito reduzido e cujo uso atual é institucional como a sede da superintendência do IPHAN-SE.

O tratamento dado pelo Estado ao patrimônio moderno, em concordância com o que já exposto, chegou a reconhecer obras institucionais, mas não reconhece a produção privada residencial. Em 1996 três processos para tombamento de obras modernas (institucionais) foram iniciados, analisados pelo Conselho Estadual de Cultura e o desfecho desses processos elucida os desafios da preservação desse patrimônio em Aracaju: Processo CEC/46/1996 (Hotel Palace de Aracaju, 1962), Processo CEC/47/1996 (Edf. Walter Franco, 1957); Processo CEC/47/1998 (Estação Rodoviária Gov. Luiz Garcia, 1962). Dentre esses três processos, os pareceres foram a favor do tombamento do Terminal Rodoviário Gov.



Luiz Garcia¹ e Edifício Walter Franco, dos quais apenas o primeiro foi inserido no Livro de Tombo do Estado. O Ed. Walter Franco, apesar de ter recebido um parecer favorável do relator Luiz Fernando R. Soutelo, não consta no Livro de Tombo e até o momento não se tem razões claras sobre sua não inclusão. O processo para tombamento do Hotel Palace de Aracaju teve sua última movimentação em 2007 e encontra-se em diligência até os dias de hoje (abril 2018).



Figura 2: Terminal Rodoviário Luiz Garcia (esquerda) e Edifício Walter Franco (direita). Fonte: acervo LaPEM.

Apesar do parecer favorável ao tombamento do Hotel Palace de Aracaju, emitido em 1996, um dos conselheiros questionou as razões que teriam motivado o deferimento do pedido de tombamento como consta em ata de outubro de 1996, não reconhecendo o valor histórico da edificação. Alguns conselheiros argumentaram pela importância do reconhecimento do patrimônio mais recente, como Maria da Glória Santana sob os seguintes argumentos:

O primeiro era o fato de que, como foi dito pelo relator, o prédio tinha uma referência arquitetônica que marcava uma época e, que, como normalmente a preocupação constante era sempre a de se tombar aquilo que era mais antigo, findava se preservando os bens das décadas de 10, 20, 30 e preservando quase nada da década de 40, 50 para cá. Sendo assim, devido

¹ O decreto que autoriza inclusão deste bem no Livro de Tombo nº1-Geral em abril de 2003, enquanto o processo de tombamento iniciou em 1998.



a rapidez das transformações urbanas de hoje era preciso preservar tais construções que são verdadeiros testemunhos de uma época.

Nesse posicionamento fica evidente a necessidade, bem como a dificuldade, do reconhecimento de um patrimônio jovem para o qual a antiguidade não se coloca como critério para seu valor patrimonial. O segundo argumento exposto pela referida conselheira reforça a tendência local de valoração dos bens imóveis institucionais, uma vez que “se, entretanto, o prédio do hotel fosse de propriedade privada, o seu julgamento seria diferente”. Essa é uma leitura que parece permanecer tendo em vista o número quase irrisório de bens privados na lista do patrimônio estadual, o que é um desafio para a proteção de residências modernas de relevante valor arquitetônico e histórico para a cidade (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) algumas delas já demolidas. Através das peças do processo também fica evidente a preocupação com a definição de um novo uso para o prédio, abandonado desde meados da década de 1980.

Diante do impasse quanto ao tombamento, o processo ficou suspenso aguardando um estudo arquitetônico mais detalhado, o qual não foi apresentado, e em janeiro de 2007 foi registrado o último despacho destacando a edificação como “um dos primeiros marcos da verticalização em nossa Capital” e a importância da continuidade do processo “a fim de que possamos chegar a uma definição para a restauração, reutilização do espaço e posterior tombamento” (conselheira Ana Conceição Sobral de Carvalho). Embora o processo não tenha continuado, o Hotel Palace de Aracaju continuou sendo importante objeto de reflexões como elemento da paisagem urbana da cidade e como marco histórico de um importante período de desenvolvimento e de modernização e em matérias de jornais que noticiavam o desgaste de partes da edificação – falta de manutenção e abandonado desde 1985 – e até mesmo a perda de alguns elementos como a queda de parte da marquise devido a corrosão da estrutura metálica que a suportava. Essas notícias sempre insinuam a condenação estrutural do prédio e sua possível demolição.

Há quase uma década o IPHAN-SE tem tentado finalizar processo de pedido de tombamento para conjunto de interesse cultural na área central de Aracaju e bairros



fronteiriços, o que inclui a AM (institucional e residencial) como parte da paisagem a ser inscrita em livro de tombo, mas não é previsto o tombamento individual de bens.

O relato acima reforça os desafios para preservação da AM relacionados aos “problemas existentes no reconhecimento e tombamento desta arquitetura” (Diniz, 2011, p.152), os quais estão intimamente relacionados ao tempo como valor patrimonial e que colocam em risco potencial “a produção do pós-guerra [II G.M.] e mais particularmente aquela dos anos 1960 e 1970 [tradução livre]” (Casciato; d’Orgeix, 2012, p.13). De fato, os órgãos patrimoniais locais não negligenciam totalmente a importância desse patrimônio, mas o reconhecimento profissional dessa arquitetura não é elemento comum a todos, e o problema se aprofunda quando posto à população visto que “nossas sociedades ainda não consolidaram a ideia de que a arquitetura moderna é um produto cultural e de que deve ser protegida para as futuras gerações” (Diniz, 2010, p. 03). Essa realidade não é exceção, ao contrário, está presente em todos os debates sobre a conservação da arquitetura moderna e o patrimônio do século XX.

Apesar de importantes avanços internacionais a cerca desse tema, como o reconhecimento e a inscrição e importantes construções do século XX à lista do patrimônio mundial da Unesco, como Villa branca de Tel-Aviv (insc. 2003), Ópera de Sidney (insc. 2007) e o campus central da Universidade Nacional Autônoma do México (insc. 2005), os desafios para proteção desse patrimônio ainda são de grandes proporções. Como reconheceu Macdonald (2012, p.149), “nós ainda não alcançamos um pleno reconhecimento nem o suporte necessário à conservação do patrimônio do século XX e nós não temos nem visão, nem abordagem, nem metodologias comuns para alcançar esse objetivo” [tradução livre].

Ademais, a dificuldade de reconhecimento desse patrimônio está vinculada à importantes lacunas no conhecimento de sua história imbricada à histórica da cidade, o que se torna ainda mais agravante quando se trata das obras residenciais que vão sendo consumidas pelo mercado imobiliário mais rapidamente do que se tenha tempo para resgatar suas histórias ou registrar sua existência, enquanto para os edifícios institucionais tanto a permanência na paisagem urbana quanto o reconhecimento de sua relevância histórica



sejam mais duradouros – o que não minimiza as ameaças como é o caso do Hotel Palace de Aracaju.

Destarte, o resgate dessas histórias tem se mostrado uma corrida contra as ações do tempo e do mercado imobiliário que o consomem e o devoram. Muitos edifícios modernos de relevante valor cultural já foram perdidos sem que seus valores tivessem sido reconhecidos pela sociedade. Em Aracaju, podemos citar a residência Maria Melo demolida em 2009 para construção de duas torres residenciais e o Hotel Palace de Aracaju hoje sob ameaça de demolição em razão de seu estado atual de conservação.

AM-Aracaju e Documentação

Os esforços internacionais dos últimos 25 anos pela documentação, pelo reconhecimento e pela conservação do patrimônio do século XX também tem seus paralelos no Brasil com um olhar dedicado à arquitetura moderna de difusão em território nacional, edificada principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, que já resultou em importantes trabalhos de resgate, registro e de revisão da narrativa dominante sobre a experiência moderna de arquitetura no Brasil. Trabalhos de investigação no âmbito dos programas de pós-graduação e iniciação científicas, em muitas das vezes vinculados à atuação do DOCOMOMO no Brasil e seus núcleos regionais, trouxeram ao debate novos personagens, novas experiências construtivas e de representação de uma certa modernidade que marcou a paisagem dos principais centros urbanos do país e que hoje significa a maior parte do patrimônio edificado dessas cidades.

Esses trabalhos foram fundamentais para que hoje se perceba que não se tratou de experiências pontuais, mas que estas estão inseridas e representam um momento importante da história do país e que deve ser reconhecido não apenas na escala local ou regional, mas em escala nacional. Sem dúvida, este é um esforço que ainda precisa ser



feito e cuja realização é fundamental para o reconhecimento da experiência moderna no Brasil, sua diversidade de realizações e, por consequência, para o processo de reconhecimento de seu valor patrimonial. Para que, por fim, possamos falar na gestão desse patrimônio.

Nesse sentido, as pesquisas conduzidas atualmente no Laboratório de Pesquisa Projeto Ensino e Memória (LaPEM) tem por objetivo a revisão da documentação do conjunto edificado em Aracaju nas décadas 1950 e 1960 a fim de reconhecer a produção de AM na cidade de Aracaju para ampliação da narrativa corrente e a digitalização do patrimônio moderno local. As pesquisas sobre produção de AM em Aracaju foram realizadas nos anos 2002-2003 sob coordenação da Prof. Juliana Nery, o que teve desdobramentos importantes em trabalhos finais de graduação, publicações em anais de congresso e capítulo de livro e dissertações de mestrado. Após o término das pesquisas a área continuou sendo alimentada por esses trabalhos. Em 2015, recém-chegada à Aracaju, retomei as pesquisas nessa área procurando ampliar os trabalhos já iniciados anteriormente a partir da busca por informações em fontes primárias que pudessem dar suporte à compreensão dessa experiência como um processo de modernização pelo qual várias capitais brasileiras vivenciam dentro da política desenvolvimentista do país.

Elegemos como ponto de partida o acervo de projetos do Arquivo Público de Aracaju, sob responsabilidade da FUNCAJU, explorando o conjunto de projetos aprovados para construção nas décadas de 1950 e 1960. Esse trabalho permitiu não apenas retificar informações como datas e autores de projetos, mas principalmente, conhecer o processo de transformação da paisagem urbana que aos poucos se legitimava pela modernização de suas construções através da adoção de um repertório formal, construtivo e espacial identitário da AM no Brasil, revelando forte vínculo com a recém inauguração capital federal. Essas transformações estavam presentes não apenas nas novas construções que ajudavam à consolidar os novos espaços de expansão do tecido urbano (Centro, São José, 13 de Julho), mas em projetos de reforma que denunciavam o desejo por renovação e modernização da paisagem de áreas urbanas já consolidadas (Centro, Siqueira Campos, Industrial). Depuração da forma, racionalização da construção, relações espaciais mais



fluidas eram elementos comuns fosse em reformas ou novas construções, reflexo de um processo que extrapola a leitura das obras institucionais e revela o papel importante das construções residenciais privadas e que lança um olhar para enxerga o objeto e suas relações com a cidade.

O objetivo desse resgate é o reconhecimento desse processo de modernização para que se possa, então, instrumentalizar avaliações quanto ao patrimônio moderno edificado e, posteriormente, orientar sua gestão. De certo, nem todas as obras edificadas alcançam o mesmo grau de realização quanto à autenticidade, mas é capaz de ter seu valor reconhecimento enquanto parte de um conjunto.

Mais uma vez recuperaremos o caso do Hotel Palace de Aracaju (1961-1962), recebe o reconhecimento tanto por profissional quanto de parte da sociedade como edificação de relevante valor histórico e cultural para a cidade, erguido como símbolo de progresso e desenvolvimento por um Estado que procurava projetar-se no cenário regional dando mostras de uma economia ativa atraindo investimentos turísticos e de exploração do petróleo. O edifício foi marco, junto com o edifício Atalaia (1956-1958), do início da verticalização da cidade, consolidação da renovação de um repertório de purificação da forma com ausência de ornamentos e uma inserção urbana própria do tipo vertical experimentado na América Latina com torre sobre base prismática a exemplo do Conjunto Nacional em São Paulo (1956).

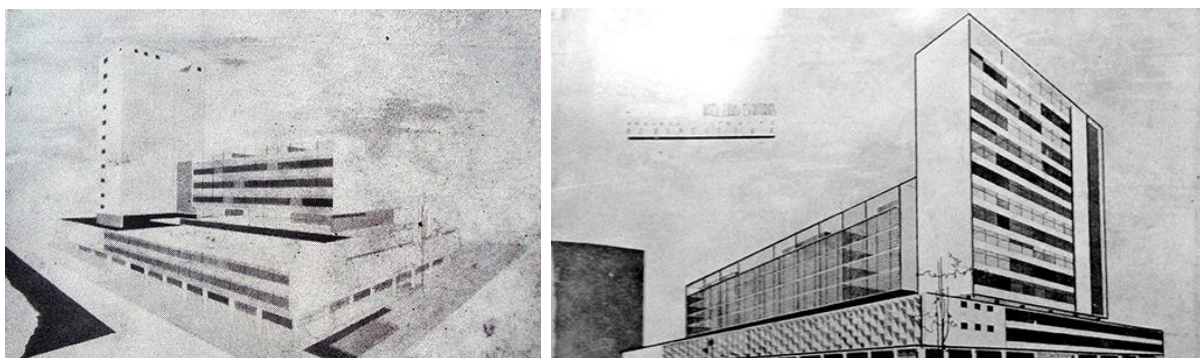


Figura 3: Desenho do projeto original para o Hotel Palace de Aracaju, autoria Eng. Rafael Grimaldi. Fonte: acervo IHGS.



Embora se perceba o reconhecimento quanto a importância histórica da edificação, o resgate das informações sobre o projeto e o histórico da construção não foi uma tarefa fácil. As informações correntes e comuns eram o período de construção, a autoria do projeto, a importância do prédio quando em funcionamento ao abrigar um dos murais do artista plástico Jenner Augusto, ter recebido importantes personalidades e ter abrigado importantes eventos sociais à época. Por fim, a percepção de que a falência do prédio era também a falência do centro urbano da cidade (nucleação que representa o início da ocupação da cidade). Assim, pouco se revelava sobre o projeto, suas características construtivas e arquitetônicas, o que era uma lacuna já reconhecida no âmbito do próprio processo de tombamento iniciado em 1996 e que ainda restava sem uma resposta adequada.

Assim, foi necessário a busca em acervos públicos (IHGS, CEHOP e Biblioteca Epifânio Dória) para recolher material sobre publicações à época da construção (revistas e jornais) e o projeto original. Esses elementos revelaram algumas alterações importantes entre projeto e obra construída como o bloco lateral voltado à travessa Baltazar Góis (Figura 3 e Figura 4) e a incorporação de uma piscina que não havia sido prevista. No projeto original, sobre a base que abrigaria as lojas comerciais seriam erguidos a torre do hotel e uma construção mais baixa para abrigar unidades tipo quarto-sala. Esse segundo bloco não foi construído, manteve-se a base com três pavimentos (térreo mais dois) e a torre de 10 andares para o hotel.

O projeto e a obra construída demonstram a preocupação com a adequação climática no uso de cobogó na fachada poente da torre do hotel (Figura 4, à direita), implantação dos blocos verticais voltados a Leste e Sul com aberturas que favorecem a ventilação cruzada e a captação dos ventos leste e sudeste (predominantes da região). Ritmo da composição marcado pelos elementos estruturais (vigas e pilares), esquadrias de madeira, revestimentos cerâmicos na fachada e o piso para o terraço parcialmente coberto pelo bloco vertical são outros elementos importantes a serem destacados no projeto.



A implantação da edificação também revela uma relação entre o objeto arquitetônico e a dinâmica urbana, já explorada em outros tipos verticais modernos, que é uma rua interna que corta a quadra criando novos percursos urbanos e ampliando o passeio público, esse resultado é possível a partir de uma base prismática que apesar de ocupar os limites do lote cria um o pátio interno liberando o centro da quadra para o acesso e passeio público.



Figura 4: Hotel Palace de Aracaju. Planta baixa térreo (acervo CEHOP), fotos do pátio interno (acervo LaPEM).



AM-Aracaju e Paisagem Urbana atual

O debate não se faz apenas a cerca do edifício, mas da sua relação com a cidade à medida que “o patrimônio precisa ser tratado como parte integrante da cidade, que tem uma função social a cumprir” (Lira, 2012, p.07), o que nos leva a recuperar a essência própria da arquitetura do Movimento Moderno que “significa tecnologia contemporânea a par com as novas funções sociais emitidas a partir de um contexto democrático que reflecte as transformações culturais e econômicas” (Tostões, 2015, p.17). Essa relação com a cidade e a função sociais dessa arquitetura e desses edifícios fica mais evidente quando lembramos que “a grande massa de nossas cidades é feita de edifícios modernos” (Diniz, 2010, p. 04), tem-se então um grande “estoque construído” cujo reaproveitamento é também um tema para sustentabilidade de nossas cidades.

Desse conjunto edificado, as residências talvez sejam o patrimônio mais frágil desse conjunto e é evidente perceber as descaracterizações, os abandonos e as perdas irreversíveis. A renovação urbana avança e as casas em geral passam a dar lugar a pequenos comércios, clínicas em um processo de adaptação que não tem levado em conta os elementos formais ou construtivos característicos dessas edificações. Os bens institucionais são menos vulneráveis e tem resistido melhor às pressões do mercado imobiliário, embora alguns pereçam pelo abandono a exemplo dos edifícios verticais Hotel Palace de Aracaju e prédio do INSS.

Sendo mais específico, o edifício alto é uma construção essencialmente vinculada ao século XX e, segundo Amorim (2012, p.01), sejam “talvez, o maior conjunto de construções modernas encontradas em cidades brasileiras (...)”. Esse fato ratifica a preocupação legítima quanto ao abandono e sucateamento desse patrimônio construído e elemento simbólico importante da paisagem dos centros urbanos brasileiros, cuja importância do “tipo o inscreve no rol de edificações representativas do processo de modernização do país, particularmente no que se refere às características de urbanização pelas quais as cidades brasileiras passaram e vêm passando” (Amorim, 2012, p.01).



As especificidades do edifício vertical colocam desafios próprios à conservação e restauro da AM.

Se os edifícios verticais de promoção privada podem ser considerados objetos de interesse patrimonial, seja como tipo ou como exemplares notáveis, a sua conservação apresenta desafios que podem ser circunscritos em duas esferas: e a das propriedades extrínsecas ao objeto arquitetônico e a das suas propriedades intrínsecas. (Amorim, 2012, p.02)

Essa condição não se refere apenas ao edifício vertical de promoção privada, o que aplicaremos aqui para o caso do Hotel Palace de Aracaju que é um bem de posse mista sendo o volume da base de natureza privada e a torre de natureza estatal. O desuso e abandono da parte estatal deste a década de 1980 não significou o abandono total do edifício moderno. Com o fim do uso hoteleiro o uso do volume inferior como comércio e serviço ainda se manteve. Até os primeiros anos do século XXI alguns consultórios e escritório mantinham atendimento. Com a falta de manutenção e o gradual desgaste, os andares superiores foram desativados e atualmente apenas as lojas do térreo seguem funcionando acompanhando a dinâmica do entorno urbano no qual está inserido e que é marcado por intenso comércio.

Analisando o processo de tombamento do Hotel Palace é possível perceber a preocupação em designar um novo uso para o edifício, uma vez que quando proposto o tombamento (1996) o hotel já não estava mais em funcionamento desde 1985. Naquele período, uma década de abandono da torre do Hotel, marcado pela queda de parte da marquise e a decisão de retirá-la em sua totalidade, ao invés de recuperar, já se colocava a possibilidade de demolição de todo o prédio. Em 2018 pouco desse quadro foi alterado a não ser pelo avanço da degradação de uma edificação que dos seus 56 anos apenas 23 foi de pleno uso e 33 de abandono. Foram muitas as perdas já contabilizadas, além de danos graves na estrutura de concreto, troca das esquadrias de madeira por esquadrias de alumínio, retirada da marquise no térreo, tamponamento de aberturas, inclusão de cobogós em detrimentos de esquadrias, danos no pano de cobogó da fachada oeste, retirada do painel do artista plástico Jenner Augusto (transferido para o hall do Teatro Atheneu), falências das



instalações elétricas e hidrossanitárias, queda de parte do revestimento cerâmico da fachada e no interior da edificação, e talvez a que seja a maior delas, perda da sua função social.

Além dos desafios já expostos quanto ao reconhecimento e valorização do patrimônio moderno do século XX, é essencial aprofundar investigações sobre um novo uso para este edifício moderno, para então lidar com os desafios de adequá-lo ao novo uso e aos temas específicos para uma posterior ação de restauro quanto às patologias na estrutura de concreto, instalações, esquadrias e revestimento com o cuidado necessário para evitar a tendência ao refazimento em detrimento da conservação ou mesmo do restauro, possivelmente

resultado da propensão a considerar a intervenção nas obras recentes como questão diversa do verdadeiro restauro que, se algum modo, seria reservado ao antigo, somada a um aprofundamento histórico-crítico, voltado à produção arquitetônica do século 20, ainda imaturo (Salvo, 2007, p. 140).

Por outro lado, uma ação de intervenção no Hotel Palace de Aracaju não se resume a um problema teórico-crítico, mas a um problema político e social que tem se mostrado um entrave para o reconhecimento de seu valor patrimonial – lembramos o processo de tombamento em diligência desde 2007 – e para ações efetivas para o reuso da edificação. Desde o fechamento da torre (propriedade do Governo do Estado) em 1985 o que se tem notícias são ações sucessivas de mutilação com o descarte de partes da edificação como a retirada total da marquise após a queda de parte dessa estrutura, retirada de todo o piso de madeira dos quartos do hotel e das esquadrias de madeira (substituídas por cobogó) e desligamento de toda parte elétrica com a justificativa de evitar maiores danos em um possível incêndio. O descarte dessas partes não se justificava por danos irreversíveis, o que também ocorreu com a retirada por elevadores. Ao longo desse período vários laudos foram elaborados tanto pela Prefeitura quanto pela Defesa Civil, nenhum deles condena a estrutura do prédio, mas alerta para necessidade de manutenção e de um novo uso para a edificação. Todos os sucessivos alertas não despertaram nenhuma ação para salvaguarda ou conservação desse bem de reconhecido valor cultural. Em 2017, foi solicitado um novo



laudo ao CREA-SE (atualmente em fase de conclusão para publicação) que, pelos relatos colhidos, parece ser o último tendo em vista o interesse do poder público em ratificar a obsolescência da torre e justificar sua demolição.

Portanto, os desafios não são apenas técnicos ou teóricos, talvez o maior deles seja ainda o reconhecimento do valor patrimonial de uma edificação moderna que configura, junto a outras obras de igual valor cultural, um marco importante da história recente da cidade de Aracaju inserido ainda em um processo de modernização que foi, mais que local, nacional. Simona Salvo é categórica quando afirma que “negar a possibilidade de conservação do moderno é injustificado e sem fundamento teórico” (2007, p. 154).

O desafio da preservação do patrimônio moderno em Aracaju enfrenta todas as questões já apontadas pelos principais autores na área, mas reconhecemos que hoje o maior deles é o do reconhecimento. Assim, nosso trabalho busca contribuir para essa tarefa através das ações de pesquisa e ensino coordenadas pelo LaPEM-UFS e provocando diretamente os órgãos culturais competentes no sentido da salvaguarda desse patrimônio.



Referências Bibliográficas

AMORIM, Luiz. Das (im)possibilidades da conservação de edificações em regime condominial. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2., 2012, Natal. *Resumo Expandido...* Natal, Seminário ENANPARQ, 2012.

CASCIATO, Maristela; D'ORGEIX, Émilie. *Architectures Modernes: l'émergence d'un patrimoine*. Bélgica: Editora Mardaga, 2012.

DINIZ, Fernando. *Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna*. Série textos para discussão – Série Gestão do Restauo, v. 46. Olinda: editora Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2010, p. 22.

LIRA, Flaviana. Por uma agenda de discussões sobre a conservação da arquitetura moderna. In: SEMINÁRIO DA REDE CONSERVAÇÃO_BR: a conservação do patrimônio no brasil: teoria e prática, 1., 2012. *Anais Eletrônicos...* Recife: CECI, 2012. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/component/content/article/631.html>.

MACDONALD, Susan. La conservation de l'architecture moderna au xx^e siècle : approches existantes, dialogues changeants et nouveaux paradigmes. In : CASCIATO, Maristela; D'ORGEIX, Émilie. *Architectures Modernes: l'émergence d'un patrimoine*. Bélgica: Editora Mardaga, 2012, p. 149-156.

NERY, Juliana. Registros: As Residências Modernistas em Aracaju nas Décadas de 50 e 60. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 5., 2003, São Carlos. *Anais...* São Carlos: Edusp, 2003.



ICOMOS
Brasil

SIMPÓSIO CIENTÍFICO | 2018

PROCESSO DE TOMBAMENTO CEC/46/1996. Hotel Palace de Aracaju.

PROCESSO DE TOMBAMENTO CEC/47/1998. Terminal Rodoviário Governador Luiz Garcia.

PROCESSO DE TOMBAMENTO CEC/47/1996. Edifício Walter Franco.

SALVO, Simona. *Restauro e “restauros” das obras arquitetônicas do século 20: intervenções em arranha-céus em confronto*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Revista CPC, São Paulo, n.4, p.139-157, mai/out. 2007.

TOSTÕES, Ana. Patrimônio moderno: a conservação e a reutilização como um recurso sustentável. *Joelho-Revista de Cultura Arquitectónica: A questão do patrimônio/The built heritage debate*, Coimbra, n.06, p. 16-24, dez.2015.